

16º Encontro Nacional da ABET
3 a 6/9/2018, UFBA, Salvador (BA)

GT 09 - Trabalho e Saúde

Trabalho docente, trabalho indecente: as mudanças ocorridas na educação superior pública e os impactos na vida dos professores – Um estudo de casos sobre mortes de docentes em exercício.

Alzira Mitz Bernardes Guarany - UFRJ
Andreza da Silva Lopes - UFRJ

Resumo

Desde a crise capitalista de alcance mundial com rebatimentos estruturais ocorridas no final dos anos 60 e início dos 70, a educação vem chamando a atenção do mercado como área capaz de promover a valorização do capital e a realização de lucros, validando mais uma vez um axioma marxiano do século XIX que aponta o destino do capitalismo: “[...] a produção capitalista tende a conquistar todos os ramos [...] que até o momento ainda não se apoderou [...]” (MARX, 2004, p. 105), se não perece.

No Brasil, quando a crise chegou usamos a mesma estratégia de enfrentamento, dentre elas o investimento em outras áreas até então pouco exploradas, sendo a educação uma delas (GUARANY, 2014), demandando ajustes legais na área, especialmente na superior, o que provocou impacto na saúde e qualidade de vida dos profissionais da educação, dentre eles os professores. Desde então vimos a entrada de organizações financeiras investindo na área, especialmente no nível superior, além do acelerado crescimento do número de instituições privadas de ensino superior: o CENSO do MEC de 2017 indica que elas já respondiam por quase 90%.

Na esfera pública, a educação superior também foi alvo do capital e das diretrizes mercantis. Desde os anos 90 sua participação nas universidades públicas passou a vigorar de forma sistemática a partir de algumas ações, dentre elas a construção nos espaços das universidades públicas de laboratórios ou prédios usando dinheiro de empresas privadas; a oferta de cursos pagos para empresas e para sociedade em geral, além de pesquisas que são realizadas com verbas de empresas. Todas as iniciativas indo na contramão dos valores que regem as universidades públicas, quais sejam ofertar ensino público e gratuito.

Todo este cenário promoveu diversas alterações estruturais na educação, bem como nos cotidianos laborais dos trabalhadores em geral e dos docentes em particular. Para responder às necessidades e expectativas do capital e do mercado foi preciso a adoção de novos processos de trabalho, de novas formas de gestão impondo exigências e condições de trabalho que garantissem, entre outras coisas menor custo e maior produtividade, provocando impactos negativos na saúde dos profissionais.

Temos desenvolvido pesquisas para conhecer os efeitos destas mudanças sobre a saúde mental e física dos trabalhadores da educação. Desde 2013 temos nos dedicado aos docentes de uma universidade pública no Rio de Janeiro. Nos estudos

qualitativos realizados identificamos alguns elementos presentes no cotidiano docente que afetam sua saúde, dentre eles a intensificação, a precarização das condições de trabalho e a competitividade. Na atual etapa, a partir de uma provocação recebida por um professor angustiado pela perda de diversos colegas por infarto, câncer: “[...] aqui [...] várias pessoas que morreram [...] é, infarto, câncer [...] recentemente um colega meu [...] teve infarto porque teve que fazer monte de coisas e a vida dele termina sendo assim, comer rapidamente e tal... Tudo corrido” (GUARANY, 2014, p. 222). Estamos realizando um levantamento dos docentes que faleceram em exercício de 1995 a 2016, isto é, estavam em plena capacidade de trabalho e trabalhando e vieram a óbito. Segundo o Anuário do DIEESE (2016), em 2015 a docência ficou entre as vinte ocupações com maior número de afastamentos e falecimento em decorrência de doença relacionada ao trabalho.

Este intervalo de tempo foi escolhido porque entendemos que 1995 representa 5 (cinco) anos passados da adoção formal da estratégia neoliberal no Brasil, tempo suficiente para consolidar as medidas adotadas, como o contingenciamento de verbas, precarizando das condições de trabalho, além do gerencialismo, usando a lógica da esfera privada no espaço público intensifica o ritmo de trabalho, promove o produtivismo, a competitividade entre os pares, dentre outros. E 2016 porque começamos a negociar o acesso aos dados em 2017.

O presente estudo analisará as mortes ocorridas a partir do pressuposto teórico de que o trabalho é uma atividade humana e por isto é impactado por fatores históricos, sociais, culturais, econômicos, dentre outros, sob a perspectiva de totalidade e complexidade.

Na análise dos dados da universidade pesquisada chegamos a 95 docentes que faleceram em exercício neste intervalo de tempo! Dentre os fatores analisados escolhemos dois para apresentar neste momento: a idade em que ocorreram os óbitos, pois a despeito de estarem distribuídos entre 31 e 71 anos, 42% se concentraram na faixa etária de 50 anos. Isto demonstra precocidade, pois de acordo com o IBGE (2018) a expectativa de vida do brasileiro está em torno de 75,8 anos.

O outro ponto que gostaríamos de destacar se relaciona às patologias que alguns dos falecidos enfrentaram. Como ainda não logramos identificar a *causa mortis*, pois não tivemos acesso ao atestado de óbito, enquanto estratégia alternativa para nos aproximar dos ocorridos, buscamos o setor de saúde do trabalhador da universidade para averiguar se havia algum registro de atendimento dos professores que haviam morrido. A despeito da invisibilidade formal do adoecimento dos docentes

nesta universidade (GUARANY, 2014), conseguimos encontrar alguns. Dos 95, 25 entraram de licença médica por motivos diversos como transtorno mental, entretanto, 68% desenvolveram neoplasia maligna.

Segundo Sebastiani (1997, apud SILVA, 2012), sentimentos de esgotamento podem resultar na somatização de fatores psicossociais traduzida em doenças físicas. Em Guarany (2014) o depoimento de uma professora denuncia isto:

[...] eu tenho uma escolha por pesquisa, mas não consigo fazer pesquisa porque tenho as outras demandas e sou pressionada [...] mas me conformei que eu não vou ser uma [...] excelente pesquisadora porque eu não tenho saúde para isso. (p. 186).

O estresse é um dos fatores de desencadeamento do câncer, pois segundo Neme (2005) há uma relação indissolúvel entre mente e corpo, e a neoplasia maligna é determinada por profundas relações ambientais, além das genéticas e imunológicas. Reações emocionais, associadas às condições concretas de vida engatilham respostas fisiológicas que reduzem as defesas naturais do organismo (CABRAL, *apud op cit*, 2005, p. 7).

As políticas neoliberais e o gerencialismo promoveram profundas mudanças no ambiente e processos de trabalho dos docentes. Alguns lidam melhor com este cenário, outros sofrem, adoecem e morrem. Lukács (2013, *apud* GUARANY, 2014), aponta que a despeito da “[...] exteriorização da interioridade” ocorrer sob [...] as mesmas condições de trabalho e exploração “[...] não significa que as reações subjetivas sejam as mesmas [...]” (ALVES, *apud* SILVA, 2013, p. 43), isto é, nem sempre professores submetidos às mesmas condições adoecem ou morrem, mesmo que a maioria absoluta sofra, por isto estudos mais ampliados são urgentes e necessários para denunciarmos a degeneração da saúde docente. Neste sentido, além de buscar a *causa mortis*, estamos realizando um estudo qualitativo em cada unidade com mais óbitos, buscando identificar os elementos encontrados na pesquisa de 2013, como contribuição com a luta e resistência no campo da saúde do trabalhador e da educação superior pública de qualidade.

Palavras-chave

Educação superior pública; Trabalho Docente; Gerencialismo; Neoliberalismo; Óbito.

Introdução

Desde a crise capitalista de alcance mundial ocorrida no final dos anos 60 e início dos 70, que teve rebatimentos estruturais, a educação vem chamando a atenção do mercado como área capaz de promover a valorização do capital e a realização de lucros, validando mais uma vez um axioma marxiano do século XIX que aponta o destino do capitalismo, que é a de “[...] conquistar todos os ramos [...] que até o momento ainda não se apoderou [...]” (MARX, 2004, p. 105), se assim não o fizer, perece.

No Brasil, quando a crise chegou, usamos a mesma estratégia de enfrentamento, dentre elas o investimento em áreas que até então eram pouco exploradas, sendo a educação uma delas (GUARANY, 2014), demandando ajustes legais, especialmente na esfera superior. Tais mudanças, dentre diversas consequências, provocou impactos na saúde e na qualidade de vida dos profissionais da educação, inclusive dos professores. Desde então vimos um acelerado crescimento do número de instituições privadas de ensino superior ancorados na entrada de organizações financeiras investindo nesta área, inclusive estrangeiras, de forma que no CENSO do MEC de 2017 elas já respondiam por quase 90% do mercado.

Na esfera pública, a educação superior também foi alvo do capital e das diretrizes mercantis. Desde os anos 90 a participação do mercado e das corporações nas universidades públicas passou a vigorar de forma sistemática a partir de algumas ações, dentre elas a construção de instalações nos espaços das universidades públicas; a oferta de cursos pagos para empresas e para sociedade em geral, além de pesquisas que são realizadas com verbas de empresas. Todas essas iniciativas indo na contramão dos valores que regem as universidades públicas desde a Constituição de 88, quais sejam ofertar ensino público e gratuito.

Todo este cenário promoveu diversas alterações estruturais na educação, bem como no cotidiano laboral dos trabalhadores em geral e dos docentes em particular. Para responder às necessidades e expectativas do capital e do mercado foi preciso a adoção de novos processos de trabalho, de novas formas de gestão impondo exigências e condições de trabalho que garantissem, dentre outras coisas, menor custo e maior produtividade, provocando impactos negativos na saúde dos profissionais.

Desde 2013 temos nos dedicado a pesquisar os efeitos destas mudanças sobre a saúde mental e física dos docentes do ensino superior público. Começamos com uma instituição federal de ensino – IFE do Rio de Janeiro através de estudos

qualitativos, nos quais identificamos alguns elementos presentes no cotidiano docente que, segundo suas histórias de vida no trabalho, afetaram sua saúde, dentre eles podemos citar a intensificação do ritmo de trabalho, a precarização das condições e dos contratos de trabalho e a competitividade entre os pares, que passou a ser estrutural.

Em função de uma provocação feita por um dos professores ouvidos em 2013, que em sua entrevista disse que em sua unidade acadêmica “[...] várias pessoas que morreram [...] é, infarto, câncer [...] recentemente um colega meu [...] teve infarto porque teve que fazer monte de coisas e a vida dele termina sendo assim, comer rapidamente e tal... Tudo corrido” (GUARANY, 2014, p. 222), desde 2016 estamos realizando um levantamento para averiguar quantos docentes em exercício desta IFE vieram a óbito no período de 1995 a 2016.

Este intervalo de tempo é finalizado em 2016 porque começamos a negociar com a universidade o acesso aos dados em 2017, e iniciamos a apuração no ano de 1995 porque entendemos que 5 (cinco) anos passados da adoção formal da estratégia neoliberal no Brasil é tempo suficiente para consolidar as medidas adotadas, como o contingenciamento de verbas, a piora nas condições de trabalho, a consolidação do gerencialismo nas universidades, dentre outras medidas que alteraram não só o perfil de adoecimentos dos professores, como degenerou sua qualidade de vida.

Este estudo, que ora apresentamos os resultados, tem caráter quanti, e ancora suas análises na teoria social crítica marxiana e marxista, sob a perspectiva de totalidade e complexidade, e ainda usa alguns elementos da psicodinâmica dejouriana, as quais enriquecem o exame do trabalho dos docentes, bem como patologias e sofrimento associados a ele.

A partir de variáveis como gênero, idade, tempo de serviço na universidade, unidade acadêmica a qual pertenciam e causa mortis, tínhamos a intenção de traçar um perfil dos professores que faleceram, bem como indicar pistas para entender melhor os óbitos. Contudo, não nos foi possível acessar algumas destas variáveis, como a causa mortis, por exemplo. Ainda assim, buscamos alternativas para nos aproximar do evento e trazer alguns achados que apresentaremos a seguir, como as patologias pelas quais alguns deles foram obrigados a se afastar do trabalho antes da morte e que parece nos indicar um cenário mais grave do que pensávamos.

Desenvolvimento

A educação nos países capitalistas, entre eles o Brasil, sempre teve uma relação estreita com os interesses do capital, contudo esta aproximação se aprofunda e se intensifica a partir da crise estrutural que se abateu sobre os países capitalistas ocidentais a partir dos anos 60. Se antes ela se dava em função da contribuição que a educação franqueava para a divulgação das ideias das classes dominantes, bem como contribuía para a manutenção e a reprodução do *status quo* das elites e do próprio capital, a supracitada crise alça a educação ao posto de mais uma área que passa a despertar interesse para investimentos, que se materializou através de um processo crescente empresariamento e mercantilização da área.

Nas instituições de ensino superior públicas, esse processo se deu com a cessão do espaço público para que empresas de capital misto ou privadas construíssem lá algumas de suas instalações, ocorreu ainda o estímulo para que oferecessem cursos pagos às empresas e sociedade civil, e ainda fizeram pressão para que buscassem parcerias com o capital privado como formas de complementar os orçamentos. Todo este movimento promoveu profundas mudanças, dentre elas a adoção do estilo de gestão praticado na iniciativa privada, através do gerencialismo, bem como em seus processos de trabalho.

A educação passou a combinar as funções de propagadora de valores e conhecimentos de interesse das classes dominantes, assim como também começou a funcionar como um dos *lôcus* de realização de lucro e valorização do capital. A adoção no Brasil da lógica neoliberal, a defesa pela racionalização e modernização do Estado e de suas instituições, assim como a entrada do capital privado na educação colocou em pauta a exigência de que se fizesse o monitoramento dos investimentos realizados na área, assim como prescindiu de dispositivos para garantir o retorno do mesmo.

Dentre os paradigmas que passaram a valer nas instituições públicas, inclusive nas que se dedicam à educação, está a de se alcançar uma maior produtividade, com o menor custo possível, invertendo a lógica de oferta de serviços públicos e sociais, na qual o padrão a ser buscado deveria ser o atendimento às demandas sociais e não a constante preocupação com a planilha financeira. Neste cenário o fundo público deixou de priorizar o financiamento das políticas públicas que viabilizam os direitos e a proteção social dos trabalhadores formais, informais e em formação, e passou a ter outro destino, especialmente apoiar empresas e corporações.

Este novo paradigma acabou por provocar impactos negativos na qualidade dos serviços prestados, na saúde dos trabalhadores, inclusive dos docentes, dentre outros. Em meio às diversas mudanças, registramos àquelas realizadas nos processos de trabalho como a flexibilização dos mesmos que em muitos casos se traduziu na precarização dos contratos de trabalho; a busca pela rapidez nos processos, demonstrada na intensificação do ritmo da produção, dentre outras estratégias que passaram a fazer parte do cotidiano laboral na esfera da educação em geral e da pública em particular.

A despeito das inúmeras mobilizações e resistências de parte representativa da comunidade acadêmica, sua presença foi se aprofundando. Hoje, passado mais de 20 anos de sua adoção formal no Brasil, o capital no contexto acadêmico tem agenciado um embate entre os que defendem a autonomia universitária, fundamental para a existência das universidades, e os interesses dos defensores da ideologia neoliberal e da “modernização e racionalização” da gestão como forma de garantir uma ciência moderna, produtiva e atual.

Os imperativos envolvidos no fazer e produzir ciência se opõem às exigências impostas pelo ideário neoliberal e pelo gerencialismo, na medida em que estes últimos, através de suas ações e políticas, decretam às universidades públicas um cenário de falta de investimentos em seus equipamentos e em sua infraestrutura, precarizando os *lôcus* deste fazer, agenciam a precarização da carreira docente, aumentam o número de alunos nas turmas, dentre outras mudanças que integram um rol de ações que tem promovido o desmonte do ensino superior público, fazendo com que toda comunidade acadêmica sofra as consequências, que vão do aumento da presença e da vivência do sofrimento psíquico, passando pelo adoecimento e até mortes entre aqueles que ainda encontram-se em atividade.

De acordo com os registros de um estudo realizado pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization / Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas – UNESCO (2005), antes da entrada da nova forma de gestão de cariz neoliberal nos espaços públicos, a associação entre a atividade docente e sofrimento, na maioria absoluta dos casos tinha outro perfil, era consequência de questões ligadas ao uso excessivo e inadequado da voz, à permanência em pé durante longos períodos, ou ainda, ao stress causado por situações sociais que envolviam a violência e a miséria vividas pelos alunos.

Com a entrada da lógica neoliberal e mercantilista na educação pública, somada à adoção do gerencialismo para gestão do trabalho e do cotidiano laboral,

nestes espaços, o sofrimento passou a ter como causa também o processo de trabalho dos docentes, que ficou mais racionalizado, com pouco espaço para a autonomia, mais intensificado, além de passar a contar com uma infraestrutura precária em muitos casos e ainda enfrentarem a competitividade entre os pares, que agora não é mais pontual, mas que passou a se colocar de forma estrutural nos ambientes de trabalho.

Enquanto política de Estado, estas mudanças alcançaram inicialmente os níveis fundamental e médio, e somente a partir da década de 90 aportou na educação superior, já sob a égide neoliberal. Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN em 1996¹, a educação superior abriu-se de forma mais ampliada à iniciativa privada, através de políticas públicas como o Programa Universidade para todos – ProUni, que paga parcial ou integralmente a mensalidade do aluno de baixa renda em instituições privadas de ensino superior, e o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, que é um empréstimo com juros subsidiados para àqueles que estudarem em instituições privadas.

Para positivar estas iniciativas, defendeu-se que as mesmas objetivavam “universalizar” o acesso do estudante de baixa renda ao ensino superior, mas em verdade seu papel preponderante foi o de, acatando as determinações dos órgãos financeiros internacionais, como o Banco Mundial, ampliar e consolidar a presença do capital privado na educação superior², aumentar e fortalecer o setor privado da educação, sem necessariamente garantir a qualidade da formação fornecida, o que têm promovido, além do aligeiramento do tempo de formação com certificação em larga escala, um verdadeiro comércio de certificação.

No âmbito da educação superior pública, em termos de política, tivemos o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que, entre outras medidas, vinculou o financiamento das universidades públicas ao atingimento de metas, instituindo a lógica meritocrática

¹ Cabe destacar que a alteração da Lei ocorrida em 1996 se deu sob a inspiração das orientações passadas pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico – OCDE e pelo Banco Mundial que em 1995 divulgou um Relatório intitulado “La enseñanza superior Las lecciones derivadas de la experiencia”, no qual traça um extenso diagnóstico acerca da educação superior em países periféricos e emergentes. A partir dele anuncia a existência de uma crise sem precedentes, para a qual aponta como saída o aumento da presença da iniciativa privada neste nível da educação.

² No cenário da educação superior brasileira, as instituições privadas representam quase 90% do cenário. Se olharmos em termos de pesquisa científica, que produz conhecimento e o saber, este quadro se inverte, pois mais de 90% das pesquisas realizadas no país vem das universidades públicas. (LOPES, 2019)

nestes espaços, sem qualquer sensibilidade para diferenciar as necessidades entre as diversas áreas do saber que compõe o espaço acadêmico.

Se até então o ambiente na Academia conseguia manter-se com preponderância efetiva de valores humanistas, relações cordiais, garantindo traços de solidariedade entre os professores, certo grau de cooperação e estímulo à coletivização dos processos, no novo cenário passa a existir, de forma estrutural, a competição intra e extrainstitucional, a concorrência entre pares por fontes de financiamento, o utilitarismo como valor e a individualização, além de uma maior racionalização do trabalho com menor espaço para a criatividade.

Passou-se a registrar a intensificação dos processos de trabalho, já que, dentre outros motivos, o tempo do capital é diferente daquele necessário para a produção de ciência, além de ainda vivermos a extensificação do trabalho propiciada pela tecnologia, dentre outros fatores. Estes elementos, junto com a crescente desvalorização social da atividade docente, os baixos salários e o desmonte de seus equipamentos sociais provocaram rebatimentos nefastos na saúde física e mental dos docentes, bem como mortes.

Antunes e Praun (2015) apontam que as mudanças efetuadas no interior do mundo do trabalho resultaram em um grande quantitativo de trabalhadores adoecidos física e mentalmente, alguns inclusive produzindo uma incapacitação permanente. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2016) por sua vez, joga luz sobre este panorama na esfera do trabalho docente, quando em seu Anuário de 2016 aponta que em 2015 a docência está entre as ocupações com maior quantidade de afastamentos por doença e falecimentos por patologias relacionadas à atividade laboral. Ou seja, hoje o trabalhador docente está cada vez mais doente.

Em 2017, no encontro da Associação Brasileira de estudos sobre Trabalho – ABET, apresentamos os resultados de uma pesquisa qualitativa, que através da história de vida no trabalho³ de professores de uma universidade federal com diferentes posicionamentos acerca das mudanças promovidas na educação superior pública a partir da adoção do ideário neoliberal e do gerencialismo, identificou alguns elementos presentes em seus processos de adoecimento e sofrimento psíquico relacionados ao trabalho.

³ História de vida no trabalho é uma entrevista prolongada, conforme indica Minayo (1994), um tipo de história oral, podendo também ser definida como uma história de vida tópica, conforme Denzin apud Minayo, (1994, p. 126). O uso deste instrumento nos possibilitou um levantamento das trajetórias dos docentes em seu trabalho. (GAULEJAC, 2005 apud SILVA et al., 2007)

A partir da análise de conteúdo de suas falas, identificamos alguns elementos nomeados por eles como implicados em seus processos de sofrimento psíquico e adoecimentos físicos e mentais, dentre os quais podemos citar a crescente intensificação do ritmo de trabalho; a exigência por um perfil polivalente dos professores; a competitividade que hoje é estrutural; a falta de investimentos em seus aparelhos e na infraestrutura, precarizando as condições de trabalho; as mudanças em seus processos de trabalho; a fragilização da carreira docente e dos contratos de trabalho, incorporando professores por tempo determinado, dentre outros.

Nas entrevistas realizadas entre os anos de 2013 e 2014, um dos professores, angustiado com as mortes repentinas de alguns dos seus colegas, nos convidou a retornar àquela unidade acadêmica para investigar porque eles morriam quando ainda estavam em idade ativa e produzindo:

[...] eu vejo colegas que morreram de infarto, é um caso, câncer é outro, [...] um colega meu que tem a sala na frente, ele teve infarto porque teve que fazer monte de coisas e a vida dele termina sendo assim, comer rapidamente e tal...Toda corrida e, sei lá, falta de se cuidar, que a gente está sempre pressionado para fazer coisas. (E) (GUARANY, 2014, p. 212/213).

Este apelo ficou nos incomodando, até que em 2016 demos início a uma pesquisa que passou a investigar os “desligamentos por falecimento”. O DIEESE (2016) apontou que a docência está entre as 20 ocupações com mais desligamentos por falecimento decorrentes de doença ocupacional! Isto nos indicou que àquele professor tinha razão para estar preocupado com os motivos que levaram seus colegas a óbito, pois a despeito da docência não ser considerada, enquanto atividade laboral, uma atividade perigosa ou insalubre, já que não tem contato cotidiano e direto com agentes nocivos à sua saúde (CLT, 2018), nem lida, necessariamente, com elementos considerados por definição insalubres ou perigosos, a profissão de professor tem registrado um alto índice de falecimentos de profissionais ativos, isto é, que vieram a óbito em plena idade ativa de sua função docente.

Em 2016 começamos a buscar junto à universidade o acesso aos dados relativos aos professores que vieram a óbito quando ainda estavam ativos. Negociação esta que se estendeu por quase dois anos, pois os dados não estavam consolidados. Tivemos que buscar as informações que julgávamos importantes em setores diferentes da instituição, para depois então consolidá-las, organizá-las e analisá-las.

Em 2018, de posse de grande parte dos dados, iniciamos um estudo exploratório quantitativo de documentos primários e secundários disponibilizados pela instituição. A análise dos elementos foi pautada em variáveis analíticas como: idade, sexo, unidade acadêmica, data de admissão na universidade, data do óbito, unidade a qual se vinculava, SIAPE, matrícula na instituição, CPF de todos os professores ativos da universidade que morreram entre os anos de 1995 e 2016.

Depois de consolidar as planilhas recebidas, limpar e cruzar os dados, chegamos a um quantitativo de 95 docentes que faleceram em exercício, entre os anos de 1995 e 2016 na universidade em tela! Destes 71,58% eram homens e 28,42% de mulheres. É importante destacar dois pontos relativos a esta revelação: primeiro que seria normal que tivéssemos a maioria de homens, pois eles ainda são a maior parte na docência superior. Conforme Censo Universitário de 2016, eles representam 54,45% no ensino superior e na universidade em tela. Todavia nos chamou a atenção uma maioria representativa, pois na instituição pesquisada eles são pouco mais de 50%. O segundo ponto a destacar também segue na linha do endosso do achado que aponta que a maioria das mortes é de homens, pois Brolezi e outros (2014) ao se debruçarem sobre a saúde dos homens, apoiados nos estudos do Ministério da Saúde, afirmam que esta parcela da população apresenta coeficientes de mortalidade consideravelmente maiores em relação aos coeficientes de mortalidade feminina ao longo do ciclo de vida (BRASIL, 2009).

Outra variável a ser destacada diz respeito aos setores da universidade que mais apresentaram óbitos. Identificamos certa concentração em determinadas unidades acadêmicas, como por exemplo, uma vinculada ao Centro de Ciências da Saúde (CCS), onde encontramos o maior quantitativo em termos de grandeza, com 19 registros de óbitos. Por ser este o setor da universidade com maior quantitativo de professores, seria natural que, em termos absolutos, aparecessem lá mais mortes, entretanto era necessário buscar a relativização deste resultado. Para termos uma ideia de proporcionalidade, fizemos uma média do total de professores da UFRJ, ano a ano dentro do período pesquisado, e da proporção destes com o número de docentes e o de óbitos ocorridos em cada unidade pesquisada.

Depois desta relativização, esta unidade não permaneceu como a que mais mortes teve, mas ainda assim ficou entre as 4 principais, o que nos indicou a

necessidade de termos atenção com aquele universo⁴. Das outras unidades que mais óbitos tiveram, estavam uma do Centro de Tecnologia, com 7 mortes e outra do Centro de Letras e Artes, com 10. O restante estava espalhado em mais 10 unidades⁵.

No tocante à idade em que os professores vieram a óbito, a despeito de estarem entre 31 e 71 anos, em parte significativa das mortes encontramos precocidade, pois 42% delas se concentraram na faixa etária de 50 anos e de acordo com o IBGE (2018) a expectativa de vida do brasileiro está em torno de 75,8 anos⁶.

Quanto à causa mortis, até hoje estamos em negociação com a instituição para ter acesso, já que:

- não é uma informação que consta do sistema da universidade pesquisada, por isto só poderá ser retirado do atestado de óbito⁷ do professor;

- acessar cada atestado de mortes ocorridas desde 1995, implica a localização nos arquivos da universidade do processo de desligamento por morte do servidor, a solicitação para desarquivamento e a manipulação dos mesmos; e por fim

- mesmo a pesquisa tendo sido aprovada na Plataforma Brasil e os pesquisadores envolvidos terem assinado o Termo de Confidencialidade e Sigilo, esta consulta tem de ser acompanhada por um servidor técnico-administrativo, pois precisaremos manejar documentos pessoais de cada professor morto.

Neste momento o setor de pessoal está atendendo inúmeros pedidos de aposentadorias em função das ameaças postas pela proposta de reforma da previdência em curso⁸, agravando um cenário de falta crônica de servidores técnico-administrativos, o que indica que ainda podemos levar certo tempo para acessar estas informações. Todavia, para nos aproximar dos presumíveis motivos dos óbitos, como ainda não logramos identificar a variável *causa mortis*, buscamos o setor na universidade, responsável pela saúde do trabalhador para verificar se havia algum registro de saúde daqueles que vieram a óbito. Talvez encontrássemos algo

⁴ Neste momento está em curso uma pesquisa de caráter qualitativo que está investigando a unidade, suas instalações, seu cotidiano laboral e a história de vida no trabalho de alguns de seus docentes, para buscar alguma evidência que possa estar vinculada às mortes no ambiente e no cotidiano laborais.

⁵ Mostrando-nos que todas as grandes áreas do saber estão presentes, ou seja, as mortes atingem indistintamente os docentes, independe de suas áreas de atuação, aspecto que evidencia como o trabalho docente como um todo é desenvolvido na atualidade, a despeito das particularidades que envolvem as áreas do saber.

⁶ Em 1995 a expectativa estava em 68,6 anos (IBGE).

⁷ Temos consciência de que os dados que constam no atestado de óbito podem não corresponder à causa mortis real, contudo por se tratar de um documento oficial, avalizaremos as informações, fazendo constar estas ressalvas.

⁸ Reforma já aprovada na Câmara dos Deputados, a ser encaminhada ao Senado.

relacionado a atendimento, ou comunicação acidente ou ainda sobre sua saúde e tratamento.

A despeito da invisibilidade institucional do adoecimento dos docentes nesta universidade (GUARANY, 2014), conseguimos encontrar alguns registros: 36,84% dos professores que faleceram procuraram o Setor de Saúde do Trabalhador, entretanto só conseguimos informações relevantes relacionando o motivo do atendimento em 26,31% dos registros, pois foram estes que se licenciaram para tratamento e em seus registros continham anotações de suas patologias. Nos outros só conseguimos registros de consulta, sem anotações dos motivos.

Mesmo não podendo estabelecer nexos causais entre estes registros e os óbitos dos docentes, e por isto não poderem ser considerados conclusivos, o que encontramos muito nos surpreendeu e assustou: daqueles que foram acompanhados pelo setor de saúde e vieram a falecer 68% desenvolveram neoplasia maligna!⁹

A docência, por princípio e definição não é considerada uma atividade insalubre ou perigosa. O que poderia estar por trás destas ocorrências? De acordo com o Ministério da Saúde – MS (2018) o câncer relacionado ao trabalho é definido como decorrente da exposição a agentes carcinogênicos presentes no ambiente de trabalho, mesmo após a cessação da exposição. O que haveria no espaço laboral do docente que o expusesse a algum agente cancerígeno?

Segundo Sebastiani (1997, apud SILVA, 2012), sentimentos de esgotamento podem resultar na somatização de fatores psicossociais traduzida em doenças físicas. Em Guarany (2014) o depoimento de uma professora denuncia isto:

[...] eu tenho uma escolha por pesquisa, mas não consigo fazer pesquisa porque tenho as outras demandas e sou pressionada [...] mas me conformei que eu não vou ser uma [...] excelente pesquisadora porque eu não tenho saúde para isso. (p. 186).

O estresse é um dos fatores de desencadeamento do câncer, pois segundo Neme (2005) há uma relação indissolúvel entre mente e corpo, e a neoplasia maligna é determinada por profundas relações ambientais, além das genéticas e imunológicas. Reações emocionais, associadas às condições concretas de vida engatilham respostas fisiológicas que reduzem as defesas naturais do organismo (CABRAL, apud op cit, 2005, p. 7).

A exigência de maior produtividade e desta ser usada como métrica nos editais e nas progressões e promoções da carreira docente, vinculadas a outras demandas

⁹ No Brasil, câncer representa a segunda maior causa de morte (MS, 2018).

que povoam o cenário da educação superior pública no Brasil hoje amplificam os níveis de estresse do professor.

O estresse está associado ao aumento da produção de hormônios simpáticos e outros hormônios adrenais. Epinefrina (E), norepinefrina (NE) e cortisol são produzidos durante o estresse psicológico e podem afetar diretamente muitas células. Estes efeitos podem ser transitórios (por exemplo, frequência cardíaca, tráfego de células imunitárias) ou podem ter consequências mais duradouras, tais como danos permanentes no DNA que podem resultar no aumento da transformação celular e/ou **tumorigenicidade**. (FLINT et al, 2007.)

Naqueles que procuraram o Setor de Saúde da universidade, 41, 18% eram de mulheres. Neme (2005) analisou diversos dados e concluiu que as mulheres são mais propensas a produzirem o estresse crônico, visto que elas vivenciam um contexto social de dupla função, ou como chamamos, de dupla jornada, junto à sua família e ao trabalho, potencializando a pressão que sofrem.

Sabemos que alguns trabalhadores lidam melhor com os revezes da vida e do trabalho, outros sofrem, adoecem e morrem. Lukács (2013, *apud* GUARANY, 2014), aponta que a despeito da “[...] exteriorização da interioridade” ocorrer sob [...] as mesmas condições de trabalho e exploração “[...] não significa que as reações subjetivas sejam as mesmas [...]” (ALVES, *apud* SILVA, 2013, p. 43). Podemos dizer então que nem sempre professores, submetidos às mesmas condições, adoecem ou morrem, mesmo que a maioria absoluta sofra em função do macro e do microcenário derruírem estruturas, direitos, carreiras e todo resto.

Este estudo não é, nem pode ser conclusivo, mas os dados levantados indicam que algo muito grave pode estar acontecendo com a saúde dos docentes do nível superior público, contudo em função da aparente invisibilidade de notificações (GUARANY, 2014) não é registrado e por isto não pode se tornar objeto de ação institucional ou de políticas públicas, entretanto não há como negar que é necessário que se façam mais investigações para constatar este quadro e até revertê-lo.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo (org). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. SP: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo e PRAUN, Luci. *A sociedade dos adoecimentos no trabalho*. Serviço Social e Sociedade. Ed. Cortez. São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*. 1995.

Disponível

em

<http://documents.worldbank.org/curated/pt/274211468321262162/La-ensenanza-superior-las-lecciones-derivadas-de-la-experiencia>. Acessado em 01/08/18.

BRASIL.DATASUS. Disponível em <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060701>. Acessado em 11/03/19.

_____.LDB. Disponível em http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf. Acessado em 20/12/96.

_____. INEP /MEC. *SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2016*. Brasília: Inep. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 12/12/18.

_____.INEP/MEC. *CENSO UNIVERSITÁRIO*. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acessado em 08/03/19.

_____.MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Atlas do Câncer relacionado ao Trabalho no Brasil*. MS. Brasília, 2018.

BROLEZI, Evandro A. e outros. *As principais causas de adoecimento e morte de homens no Brasil*. Revista Saúde UFAL. Alagoas: 2014. Disponível em http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/saude_foco/artigos/ano2014/saude_do_homem.pdf. Acessado em 12/12/2018.

CABRAL, A.D.T. et al. *O estresse e as doenças psicossomáticas*. In: Revista de Psicologia. MG: 1997.

CID 10. Versão de 6/99. Disponível <http://www.medicinanet.com.br/cid10.htm>. Acessado 22/11/14.

CHAUI, Marilena. *A universidade pública sob nova perspectiva*. Palestra proferida na abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas, MG, em 5 de outubro de 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002. Acesso em 05/02/2013.

_____. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS.

CUNHA, Joana. *Conglomerados do ensino superior avançam sobre a educação básica*. Folha de SP. SP: 17.jun.18. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/conglomerados-do-ensino-superior-avancam-sobre-a-educacao-basica.shtml>. Acessado em 07/02/19.

DIEESE. *Anuário da Saúde do Trabalhador – 2015*. São Paulo: DIEESE, 2016.

FLINT, M. S.; BAUM, A.; CHAMBERS, W. H.; JENKINS, F. J. *Induction of DNA damage, alteration of DNA repair and transcriptional activation by stress hormones*. In: PubMed.gov. US National Library of Medicine National Institutes of Health. April, 2007. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17459596>. Acesso em 10 de agosto de 2018.

GUARANY, Alzira M. B. *Trabalho docente carreira doente: a privatização, a lógica produtivista e a mercantilização na e da educação e seus efeitos sobre os docentes*. Revista Educação por Escrito – PUCRS, v.3, n.1, jul. 12.

_____. *Trabalho docente, carreira doente: elementos que impactam a saúde mental dos docentes da UFRJ – Estudo de casos*. RJ: UFRJ, ESS, 2014.

HARVEY, David. O enigma do capital. SP: Boitempo Editoria, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados estatísticos*, 2018. Disponível em ibge.gov.br. Acessado em 11/03/19.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. *Estatísticas do Câncer*. Disponível em <https://www.inca.gov.br/numeros-de-cancer>. Acessado 12/06/2019.

LOPES, Reinaldo J. *Universidades públicas produzem mais de 90% da pesquisa do país; resta saber até quando*. Jornal Folha de São Paulo, SP: 21/04/2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/reinaldojoselopes/2019/04/universidades-publicas-produzem-mais-de-90-da-pesquisa-do-pais-resta-saber-ate-quando.shtml>. Acessado em 06/06/2019.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social* v. II. SP: Boitempo, 2013.

MARX, Karl e ENGELS, F. *O Capital*. Livro 1, vol. 1. RJ: Civilização Brasileira, 2004.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Hucitec-Abrasco, 1994.

NEME, C. M. B. *A saúde e os sentimentos*. Jornal da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. SP. Outubro, 2005, ano XIX, nº. 205. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/205/impacto.php>. Acesso em 05 de agosto de 2018.

SEBASTIANI, R. W. apud SILVA, M. L. *Uma leitura psicossomática sobre a doença câncer*. Marília, São Paulo, 2012.

UNESCO. *O docente como protagonista na mudança educacional*. Revista PRELAC. No 1 / Junho, 2005. OREALC/UNESCO, Santiago, 2005.